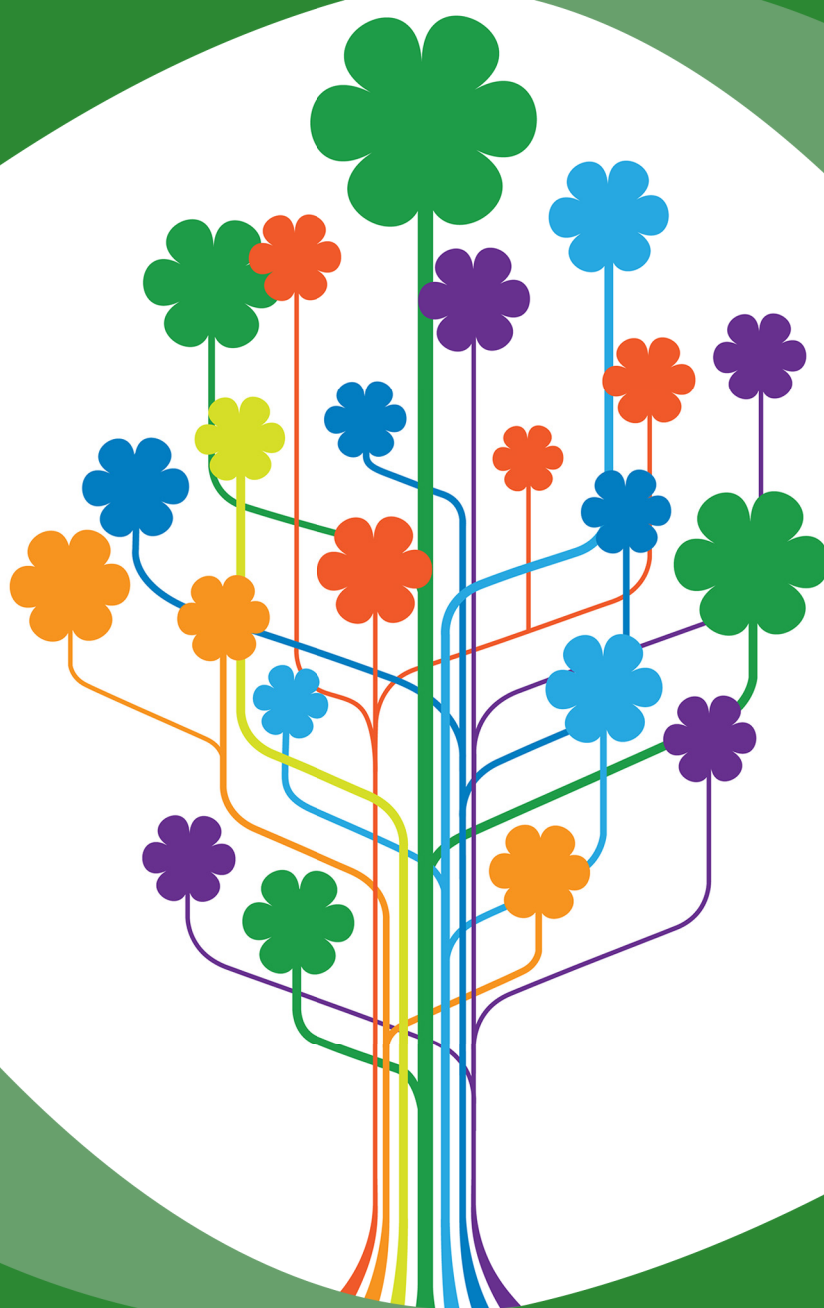


Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 3

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

Michéle Barreto Justus
(Organizadora)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:
Caminhos para a Inclusão 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : caminhos para a inclusão 3 / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Caminhos para a Inclusão; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-725-3 DOI 10.22533/at.ed.253191710 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Entender o que é a Educação Especial e como ela é fundamental para o desempenho dos alunos com necessidades especiais é decisivo para mudar os rumos da educação como um todo, visto que a Educação Especial é uma realidade nas mais diversas escolas.

Frente a esse desafio, colocado aos docentes que atuam em todos os níveis e à toda a comunidade escolar, o e-book intitulado “Políticas Públicas na Educação Brasileira: caminhos para a inclusão - 2” traz contribuições para leitores que se interessem por conhecer alternativas, experiências e relatos de quem se dedica ao estudo do tema.

Esta obra se organiza em 4 eixos: *inclusão e educação especial, educação especial e legislação, estudos culturais e inclusão social e o uso da tecnologia para educação especial.*

O primeiro eixo aborda estudos sobre os desafios e reflexões onde Educação Especial perpassa enquanto uma modalidade de ensino; e apresenta artigos que envolvem estudos sobre pessoas com surdez, superdotação ou altas habilidades e deficiência visual, além de artigos sobre o ensino na Educação Básica, Ensino Superior e gestão e inclusão.

No segundo eixo, os textos versam sobre a análise de alguns documentos oficiais acerca da Educação Especial e seus reflexos no cotidiano das escolas.

No terceiro, traz artigos que abordam temas sobre a educação e seu valor enquanto instrumento para a inclusão social; e por fim, aborda o uso das tecnologias na melhoria das estratégias de ensino na Educação Especial.

Certamente, a leitura e a análise desses trabalhos possibilitam o conhecimento de diferentes caminhos percorridos na Educação Especial, e favorecem a ideia de que é possível ter uma educação diferenciada e de qualidade para todos.

Michéle Barreto Justus

SUMÁRIO

II. EDUCAÇÃO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO (PNE)

CAPÍTULO 1 1

A ESTIMULAÇÃO PRECOCE E AS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (2014-2024)

Julianna Mendes de Matos Souza
Lícia Cristine Marinho França
Silvana Carolina Furstenau dos Santos
Diego Soares Souza

DOI 10.22533/at.ed.2531917101

CAPÍTULO 2 13

AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ana Carolina Leite Neves
Helena Carvalho Guimarães
Marcelo Marques de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.2531917102

CAPÍTULO 3 25

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) – DO LEGAL À MATERIALIZAÇÃO

Marlon César Silva
Maria Célia Borges

DOI 10.22533/at.ed.2531917103

III. ESTUDOS CULTURAIS E INCLUSÃO SOCIAL

CAPÍTULO 4 40

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL – O PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC-SÃO MIGUEL DO OESTE

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Marizete Bortolanza Spessatto
Jacinta Lucia Rizzi Marcom
Idianes Teresa Mascarelo
Solange Janete Finger

DOI 10.22533/at.ed.2531917104

CAPÍTULO 5 54

A IDENTIDADE DA MULHER SURDA: AS RELAÇÕES DE PODER E AS PRÁTICAS SOCIAIS DISCURSIVAS REPRESENTADAS ATRAVÉS DA LITERATURA

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto

DOI 10.22533/at.ed.2531917105

CAPÍTULO 6 67

INCLUSÃO DE SUJEITOS DEFICIENTES, UMA REFLEXÃO A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA POLÍTICA DE MAX

Diná Freire Cutrim

DOI 10.22533/at.ed.2531917106

CAPÍTULO 7 77

INCLUSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, COM APOIO DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

[Roberta Betania Ferreira Squaiella](#)

[Roberto Righi](#)

[Maria Victoria Marchelli](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917107

CAPÍTULO 8 89

INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2013 A 2018

[Flavia Alves Santos](#)

[Gisele Machado da Silva Carita](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917108

CAPÍTULO 9 101

TESSITURAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003

[Emílio Rodrigues Júnior](#)

[Janaina Santana da Costa](#)

DOI 10.22533/at.ed.2531917109

CAPÍTULO 10 113

PEDAGOGIA HOSPITALAR: O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO-EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES HOSPITALIZADOS NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA

[Raquel Matos Lameira Miranda](#)

[Alexandre Augusto Cals e Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171010

CAPÍTULO 11 127

CONTRIBUIÇÃO DA MEDIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES COGNITIVAS EM PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL

[Glauce Virginia Motta Regis](#)

[Dayse Aparecida dos Santos Azevedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171011

IV. USO DA TECNOLOGIA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL

CAPÍTULO 12 132

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CURRÍCULO

[Leida Raasch](#)

[Wenderson Mação Pereira](#)

[Lara Regina Cassani Lacerda](#)

DOI 10.22533/at.ed.25319171012

CAPÍTULO 13	144
A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A APRENDIZAGEM CIENTÍFICA DOS SURDOS NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
Daniela Copetti Santos	
Maiara Ilisa Fauth	
Juliane Ditz Knob	
Fabiani Machado	
Larissa Lunardi	
Juliane Oberoffer Santos da Rosa	
Josiane Fiss Lopes	
Cátia Roberta de Souza Schernn	
DOI 10.22533/at.ed.25319171013	
CAPÍTULO 14	154
A RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E AUTISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias	
Priscila Cristina da Silva Maciel	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.25319171014	
CAPÍTULO 15	162
CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E PRÁTICA BILÍNGUE: ALTERNATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE CALORIMETRIA PARA SURDOS	
Mauritânia Lino de Oliveira	
Ramon Corrêa Mota	
Arilson Lehmkuhl	
DOI 10.22533/at.ed.25319171015	
CAPÍTULO 16	171
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO COM ATAXIA ESPINOCEREBELAR NA ESCOLA	
Larisse Junqueira Mendes de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.25319171016	
CAPÍTULO 17	179
CURSO OPERADOR LINUX ACESSÍVEL EM LIBRAS	
Ronnaro dos Santos Jardim	
Alex Santos de Oliveira	
Airton de Lucena Araújo	
Maíra Vasconcelos da Silva Padilha	
DOI 10.22533/at.ed.25319171017	
CAPÍTULO 18	188
A ESCOLARIDADE COMO FATOR INFLUENCIADOR DO PROCESSO DE EXCLUSÃO DE AGENTES AMBIENTAIS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS AGENTES AMBIENTAIS	
Sandra Maria Guisso	
Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.25319171018	
SOBRE A ORGANIZADORA	198
ÍNDICE REMISSIVO	199

INCLUSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, COM APOIO DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

Roberta Betania Ferreira Squaiella

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – S.P.

Roberto Righi

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
São Paulo – S.P.

Maria Victoria Marchelli

University of Florida, CityLab Orlando, Faculdade de Arquitetura
Orlando, Flórida – Estados Unidos.

RESUMO: É urgente a promoção da inclusão e democratização do acesso à educação superior de qualidade através do ensino a distância no Brasil, diante das tecnologias de informação e comunicação e sua disseminação na sociedade. Não se trata apenas de uma simples inserção de tecnologias, mas também de mudanças nas concepções pedagógicas, que aproximam o aluno contemporâneo da realidade, cada vez mais conectada às redes da Internet. É necessária uma reformulação das políticas públicas para que a tecnologia possa convergir com a educação, de maneira colaborativa e tecnológica. Seu crescimento já é destacado, especialmente no setor privado, porém sua afirmação depende de políticas públicas adequadas. Para tanto, são essenciais,

principalmente, as mudanças institucionais para a equiparação da concessão de recursos para os cursos em EAD com as dirigidas aos cursos presenciais. Destaca-se a responsabilidade social do ensino superior em avançar os conhecimentos nas questões culturais, econômicas, sociais, políticas e científicas para atender aos desafios emergentes de educação, trabalho e geração de renda.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à Educação Superior, Inclusão e Democratização, Políticas Públicas, Ensino a Distância (EAD).

INCLUSION AND DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN BRAZIL, WITH SUPPORT OF ONLINE DISTANCE LEARNING (ODL)

ABSTRACT: It is urgent to promote the inclusion and democratization of access to quality higher education through distance education in Brazil, in the face of information and communication technologies and their dissemination in society. It is not only a simple insertion of technologies, but also changes in the pedagogical conceptions, which bring the contemporary student closer to reality, increasingly connected to Internet networks. A reformulation of public policies is necessary so that technology can converge with education, in a collaborative and technological

way. Its growth is already highlighted, especially in the private sector, but its affirmation depends on adequate public policies. To this end, institutional changes to the granting of resources for ODL courses with those aimed at face-to-face courses are essential. It is important to emphasize the social responsibility of higher education in advancing knowledge in cultural, economic, social, political and scientific issues to meet the emerging challenges of education, work and income generation.

KEYWORDS: Access to Higher Education, Inclusion and Democratization, Public Policies, Distance Education (EAD).

1 | INTRODUÇÃO

Este capítulo mostra a situação da educação superior pública e privada, os mecanismos legais e normativos e, as perspectivas de políticas públicas de promoção da inclusão e democratização do acesso à educação superior com o EAD no Brasil. Considera novas concepções pedagógicas a serem adotadas, aproximando-se do aluno, cada vez mais conectado às redes da Internet. É necessária reformulação das políticas públicas para que a tecnologia possa convergir com a educação, de maneira colaborativa e tecnológica. O crescimento do EAD já é destacado, especialmente no setor privado, porém sua afirmação depende de mudanças institucionais. Existe grande responsabilidade social do ensino superior no encaminhamento e solução das questões culturais, econômicas, sociais, políticas e científicas que permitam atender aos desafios emergentes de educação, trabalho e geração de renda. O uso das tecnologias da informação e comunicação na sociedade é inevitável, pois apresentam inúmeras vantagens como menores custos, redução nos deslocamentos, flexibilidade espaço temporal, entre outras (SQUAIELLA; RIGHI, 2015a).

Atualmente, há um grande número de instituições que se lançam no oferecimento de cursos a distância, a fim de atender a um mercado educacional em rápida expansão. O crescimento de alunos matriculados em cursos a distância no Brasil, nos últimos dez anos, representa sua enorme potencialidade. É necessária uma melhor adequação das leis vigentes e da estruturação pedagógica, para se aprofundar esta inovação educacional em escala nacional. Muitas barreiras devem ser superadas para alcançar o sucesso desta transformação, sendo necessária a evolução das políticas públicas e das iniciativas empresariais que contribuam para a expansão do ensino e das tecnologias.

2 | METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa adotada envolve pesquisas e crítica de referências estatísticas, técnicas, legislativas e normativas que caracterizam a situação e as perspectivas das políticas públicas voltadas à inclusão e democratização do acesso ao ensino superior no Brasil por meio do EAD. Dentre as fontes mais relevantes estão:

o Censo de Educação Superior MEC/INEP de 2017, Plano Nacional da Educação PNE 2014-2024, Lei 9394/1996, Decreto 5622/2005, dentre outros.

3 | USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO

A incorporação das tecnologias na educação levará a um ensino cada vez mais híbrido, onde coexistirão os momentos de atividades virtuais e presenciais, que possibilitarão o maior engajamento e o aprendizado efetivo do aluno, sem a distinção entre as metodologias de ensino presencial e a distância.

Compreendendo-se que os conhecimentos são substituídos e/ou atualizados rapidamente devido à velocidade dos avanços tecnológicos e, que as profissões também estão se transformando rapidamente, as instituições de ensino superior precisam se atualizar constantemente para oferecer aos seus alunos uma educação de boa qualidade e uma formação que vise à flexibilidade mental, para a adaptação dos futuros profissionais às diferentes oportunidades de trabalho que surgirão.

A alteração de paradigma em curso exige uma mudança de pensamento e de novas realidades econômicas e sociais, com a passagem de uma sociedade industrial para outra pós-industrial, onde o conhecimento é o principal recurso de produção e de riqueza.

O desenvolvimento e a adoção de equipamentos cada vez mais acessíveis e conectados, além das ferramentas da Internet, devem possibilitar novas formas de uso dos ambientes educacionais, como nos modelos de ensino híbrido ou de sala de aula invertida, táticas para um aprendizado mais ativo e criativo. A situação do ensino a distância no Brasil, que está em momento de expansão, causa impactos significativos no acesso à formação de nível superior e continuada e, uma inovação disruptiva na democratização do ensino superior (SQUAIELLA; RIGHI; MARCHELLI; 2018).

4 | O CRESCIMENTO DO EAD NO BRASIL E SUA REGULAMENTAÇÃO

No final da década de 1990 foi instituído o EAD no Brasil, a partir da ideia de que um país, com suas dimensões e características, teria que romper com o sistema convencional e ter alternativas para garantir a educação inicial e continuada, como direito de todos. Para tal, foi definido pela Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que o poder público tinha o papel de “incentivar o desenvolvimento de programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades e de educação continuada” (Brasil, 1996, p. 27841). Porém, foi apenas com a participação da iniciativa privada, protagonista na implantação desta modalidade inovadora de ensino e aprendizagem, regulamentada pelo Decreto 5.622, de 2005, que ocorreu um grande crescimento do EAD, quando foi equiparado

ao ensino presencial, da educação básica até o nível superior (Brasil, 2005). Felizmente, hoje se vive num momento de transição na área da educação, em que a metodologia de ensino a distância é vista como uma realidade, com uma dimensão renovada, atingindo maior número de usuários e ganhando crescente credibilidade. Por meio das mídias, comparece considerável quantidade de cursos e de espaços de apoio destinados aos alunos – polos de apoio presencial –, que se espalham pelas mais diversas regiões do país, apontando para a facilidade de acesso ao ensino e aprendizagem (SQUAIELLA; RIGHI, 2015b). Os instrumentos legais compõem um conjunto de dados importantes para verificação e manutenção do que os órgãos competentes consideram como qualidade no EAD. Não basta a aprovação de uma instituição para que se inicie a oferta de EAD. É necessária a autorização dos cursos e a abertura dos polos de apoio presencial.

Hoje o ensino presencial vivencia recentemente uma crise, que se expressa por sua estagnação no Brasil, decorrente do alto custo de operação, da redução de financiamentos como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o ProUni (Programa Universidade para Todos). Também existe a falta de interesse da geração de nativos digitais no ensino presencial e outros fatores que reduzem a sua primazia, levando às soluções híbridas, com a crescente participação do EAD.

O ProUni é um programa do governo federal, que disponibiliza bolsas de estudos parciais e integrais em cursos presenciais e a distância, para alunos de baixa renda. O FIES constitui um fundo estatal que apenas subsidia os alunos carentes matriculados em escolas privadas presenciais. Caso o FIES atendesse aos alunos de ensino a distância, o crescimento no número de matrículas nesta modalidade seria ainda maior. Esta diretriz deveria integrar política de educação via EAD, pois não é compreensível que este programa de financiamento estudantil estatal não abranja aos dois setores de ensino e aprendizagem, presencial e a distância, em igualdade de condições de concorrência e funcionamento. Devido ao menor custo do EAD o mesmo montante de recursos poderia ter um impacto social muito maior ao alcançado hoje.

Voltando à aprovação dos cursos, a etapa de implantação é geralmente precedida por uma fase de planejamento e regularização que pode levar anos. Por esta razão muitas instituições maiores compram instituições de pequeno porte, que já possuem credenciamento para a oferta de ensino a distância, para crescer mais rapidamente. Este tipo de ação provoca uma concentração de mercado brasileiro em quatro ou cinco grandes grupos, que contraria os pressupostos de equidade, qualidade e acessibilidade do ensino a distância (CARDOSO, 2015). Assim, o próprio Governo é responsável pelo desencadeamento de processos perniciosos a concorrência mais equitativa.

Mais recentemente, instituiu-se a Resolução n. 01, de 11 de março de 2016, decretada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Superior (CES), que estabelece as

diretrizes e as normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância (Brasil, 2016). Infelizmente não favorece maiores avanços para as práticas educativas mais abertas e flexíveis desta modalidade de ensino. Assim, apesar da farta legislação, ainda é necessário um processo para seu aperfeiçoamento e consolidação. Porém a educação brasileira, como um todo, vivencia um processo de transformação que gera a necessidade de atualizações mais agressivas, inovadoras e mesmo disruptivas, com novas definições. Dentro desse quadro, questiona-se se as exigências das legislações existentes são suficientes para criar uma estrutura decente e adequada para que o ensino a distância seja capaz de substituir o ensino presencial. Isto permitiria ao aluno desenvolver suas capacidades cognitivas, sociais, emocionais profissionais e éticas, constituindo-se, assim, em uma importante ferramenta para a construção do conhecimento na sociedade contemporânea. Ainda são necessários novos ajustes nas legislações vigentes, para que o ensino a distância possa apresentar maior grau de expansão e, para que se estabeleça um caminho mais efetivo para a democratização do acesso à educação superior.

A verdadeira autonomia das universidades é outra questão importante para que se possa propor uma educação disruptiva, que avance com qualidade neste cenário de rápidas transformações tecnológicas. O processo de aprendizagem atual deve ser diferente do tradicional. Não há mais sentido a aula, onde o aluno é apenas expectador. No passado o “mundo estava pronto” e o conhecimento era cristalizado, refletindo aquele ambiente, e a escola só o transmitia. Hoje o mundo está em construção, o conhecimento é provisório e a aprendizagem deve ser significativa, com o professor a promovendo, por meio do desafio contínuo aos alunos. A sociedade está mudando como um todo e, também, na sua forma de ensinar e aprender. Em um ambiente de crescente interconectividade, a educação é ainda o caminho mais adequado para transformar a sociedade para um futuro mais livre e edificante, adequado a transição do modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento.

Considerando-se o levantamento sobre os cursos na educação superior do ano de 2017, avalia-se o crescimento do EAD no período de dez anos, portanto de 2007 a 2017. A análise dos dados do Censo da Educação Superior de 2017 (MEC/INEP, 2018) permite ver o enorme crescimento do ensino a distância. Do total de 5.250.147 matrículas no nível superior no ano de 2007, 4.880.381 (92,9%) eram em cursos presenciais e 369.766 (7,1%) em cursos a distância. Já, em 2017, do total de 8.286.663 matrículas, 6.529.681 (79,8%) eram em cursos presenciais e 1.756.982 (21,20%), em cursos a distância, num salto de 1.387.216 matrículas (375,16%) no período de 10 anos.

A figura 1 expressa de forma mais detalhada quanto a natureza da iniciativa, do total de 369.766 matriculados em cursos a distância, em 2007, 25% dos alunos (94.209) estavam matriculados em instituições públicas, enquanto 75% (275.557) estavam matriculados em instituições privadas. Em 2017, do total de 1.756.982 alunos

matriculados, 9% (165.752) estavam em instituições públicas e 91% (1.591.410) em instituições privadas. Esta evolução denota a dificuldade que as instituições públicas possuem de responder ao desafio, mantendo modalidades e processos pedagógicos ultrapassados, enquanto que o setor privado é mais ágil, incorporando as tecnologias de informação e comunicação, bem como a pedagogia atual. No médio e longo prazo, caso se mantenha este diferencial, as instituições de educação superior públicas serão vítimas do sucateamento, hoje bastante avançado nos níveis educacional básico e médio do país.

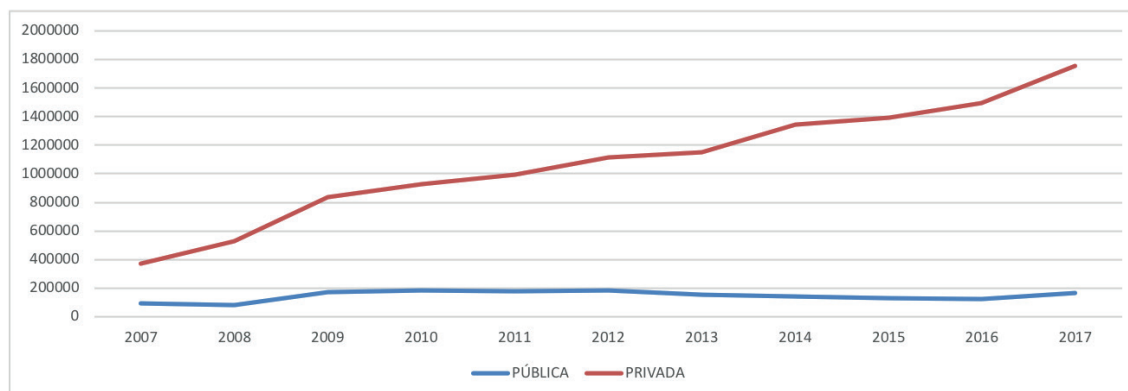


Figura 1 – Evolução das matrículas de educação superior de graduação a distância, por categoria administrativa – Brasil, 2007-2017

Fonte: Autores, com base no Censo da Educação Superior 2017 (MEC/INEP, 2018).

Do total de 3.226.249 alunos ingressantes no ensino superior em 2017, 34% (1.073.497) foram de alunos de ensino a distância e 66% (2.152.752), de ensino presencial (MEC/INEP, 2018), o que evidencia o potencial de expansão do ensino a distância.

O crescimento do ensino a distância no Brasil, que ocorre principalmente no setor privado, se deve a vários fatores como: menor custo para o aluno, limitações de mobilidade nos centros urbanos e a maior possibilidade de inserção de modernos recursos multimídias nas práticas pedagógicas. Dirigida principalmente pelas instituições particulares, a oferta de cursos superiores a distância cresce em ritmo acelerado, com estratégias adequadas para manter os alunos, oferecendo atualizações e novidades num mundo em constante transformação e dinamismo, com as mais atuais e avançadas tecnologias, como: internet 2.0, jogos eletrônicos, *chats*, *second life*, móveis e outras.

5 | DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Com uma área de 8.515.767,05 km², o Brasil apresenta grandes diversidades entre as suas cinco principais regiões geográficas (BRASIL, 2016). A região Sudeste, composta por quatro Estados, soma 85 milhões de habitantes, é a mais populosa e

desenvolvida economicamente. Nela concentram-se 44% dos cursos de graduação presencial. Além disto, considerando-se o número de matrículas nos cursos presenciais e a distância, a região sudeste concentra 45% dos alunos, seguida pelas regiões nordeste 21%, sul 17%, centro-oeste 9% e norte 8%, visível na figura 2.

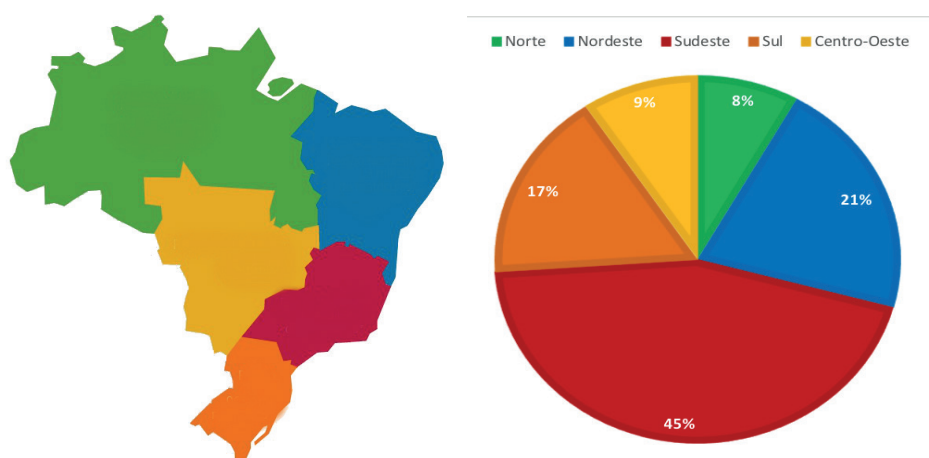


Figura 2 – Porcentagem do número de matrículas de graduação presencial e a distância, segundo a região geográfica, Brasil, 2017

Fonte: Autores, com base no Censo da Educação Superior 2017 (MEC/INEP, 2018).

No Brasil, para cada 3 alunos matriculados na rede privada, há um aluno matriculado na rede pública, considerando-se o total de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância (MEC/INEP, 2018).

Destaca-se que, em 2017, o Estado de São Paulo (região sudeste) concentrou 24% das matrículas nacionais em cursos presenciais e a distância, o que representa o maior número de matrículas no total (1.993.833). Apenas 15,4% destes alunos estavam em instituições públicas. Desta forma, o Censo do Ensino Superior 2017 aponta que são mais de 1,68 milhões de estudantes em instituições privadas só no Estado de São Paulo (MEC/INEP, 2018).

Infelizmente, muito ainda precisa ser feito. O prejuízo causado pela ineficácia do setor público brasileiro na educação não se limita apenas à falta de desenvolvimento de suas instituições de ensino. Também, estende-se aos processos de autorização de funcionamentos das instituições privadas que ficam sujeitas aos burocráticos e lentos procedimentos de autorização de funcionamento, além da mudança do processo cultural interno de transformação em relação ao ensino a distância.

O crescimento da educação a distância será uma alternativa muito importante para viabilizar a meta 12 do *Plano Nacional da Educação/PNE 2014-2024*. Esta meta consiste na elevação da taxa bruta de matrículas (total de matrículas) para 50% e a taxa líquida (população entre 18 e 24 anos) para 33%, até o ano de 2024. Ressalta-se que deve ser assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2015). Entretanto, em 2014 a taxa líquida de graduandos na população era de 17,6%, o significa que a

taxa de matrícula no ensino superior deverá ser quase que duplicada para alcançar a taxa líquida de 33%, do PNE. O ensino privado cresce cada vez mais, sendo a única saída, pois é difícil alcançar os 40% das novas matrículas no segmento público. Assim, verifica-se a necessidade de medidas urgentes para se alcançar as metas do PNE, sendo o ensino a distância alternativa viável e potencial para elevar o nível de escolaridade da população brasileira.

Os dados do *Censo da Educação Superior 2017* permitem avaliar, em termos quantitativos, o desenvolvimento das ações das instituições brasileiras com relação ao ensino a distância, que se adéqua à realidade da sociedade atual, que necessita de um novo perfil de profissional. Desta forma, o ensino a distância superou a sua baixa credibilidade inicial, comparada aos sistemas convencionais.

A situação do ensino superior no Brasil apresenta grande atraso com relação aos outros países do mundo, inclusive em relação aos países latino americanos, como o Chile e a Colômbia. Na figura 3, verifica-se que o percentual da população com formação no ensino superior, com idade entre 25 e 34 anos, é de 16,3% no Brasil, enquanto na Colômbia é de 28,1%, no Chile é de 27,3%, na Espanha é de 41% e na Coréia Sul é de 70%. Considerando-se a população mais velha, entre 55 e 64 anos, verifica-se que no Brasil este percentual representa 11,2%, enquanto na Colômbia 14,8%, no Chile 14,5%, na Espanha 23,2 e na Coréia do Sul, 19,7 (MEC/INEP, 2018). Assim, a meta do PNE, de elevar o número de brasileiros que possuem educação em nível superior, é uma medida urgente e difícil de ser cumprida, se não houver uma mudança radical na educação.

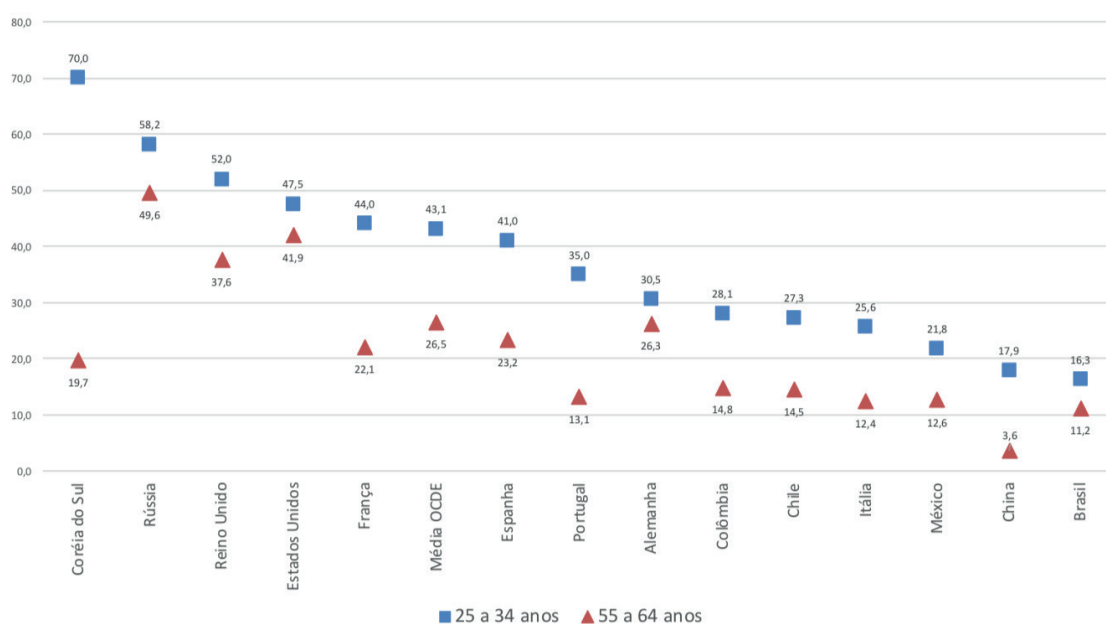


Figura 3 – Percentual da população com educação superior por faixa etária – 2016.

Fonte: EAG 2018 (OCDE), apud MEC/INEP, 2018.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, destaca-se que o EAD

possibilita a inclusão de muitas pessoas que antes não tinham acesso a cursos de nível superior, pois devido aos altos custos de amortização da infraestrutura e de quadros técnicos, as instituições de ensino se concentram nos grandes centros urbanos. A possibilidade de atendimento aos alunos em polos de apoio presencial, seja este de uso exclusivo da instituição ou em parceria entre instituições, permite e facilita a interiorização da educação para as diversas regiões do país e, conseqüente inclusão de contingentes populacionais marginalizados.

6 | RESULTADOS SOCIO-ECONÔMICOS DOS ESTUDANTES: ACESSO AO ENSINO SUPERIOR E RENDA.

O padrão de desenvolvimento do Brasil nos últimos anos segue em crescimento e avanço, considerando-se a política social e as melhorias estruturais do mercado de trabalho. De acordo com a análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, realizada pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), permanecem na sua base estruturante os indicadores de: crescimento real da renda do trabalho; diminuição de suas desigualdades; o aumento da escolaridade e das condições gerais de vida da população; e, a diminuição das diferenças que separam negros de brancos, mulheres de homens, trabalhadores rurais de urbanos. Porém, destaca-se que a intensidade de melhoria do equilíbrio poderia ser maior, especialmente para as questões relacionadas às desigualdades, em seus múltiplos aspectos (CALISTRE; VAZ, 2015).

Os avanços na educação brasileira são fundamentais para as mudanças sociais, porém, apesar do crescente número de alunos matriculados no ensino superior, a velocidade desse avanço numérico está abaixo do necessário se atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE) para o ano de 2024. Além disso, é um grande desafio para as políticas públicas alcançar a oitava meta do PNE, que estabelece uma média de 12 anos de estudos, até o ano de 2024, para as populações rurais, de região de menor escolaridade, dos 25% mais pobres, além de igualar a escolaridade entre negros e não negros. Acredita-se que o aumento da escolaridade para a população entre 18 e 29 anos terá um impacto positivo para toda a população, pois ao atingir um determinado nível de escolaridade na juventude, o indivíduo desenvolve habilidades para continuar os estudos ao longo de toda a vida.

Para compreender o quadro atual na educação brasileira, faz-se a comparação dos dados referentes aos anos de 2004 e 2014, conforme o último registro divulgado pelo IPEA. Considerando-se como parâmetro os anos de escolaridade, verifica-se que as desigualdades entre as populações das zonas urbanas e rurais são relevantes. As populações do campo aumentaram sua escolaridade em 2,6 anos entre os anos de 2004 e 2014. É importante observar que o desvio na média entre os diversos grupos

estudados não era enorme, não explicando as desigualdades sociais muito mais acentuadas na prática. Seguindo-se o ritmo de crescimento recente este indicador deverá chegar em 10,8 anos, em 2024. Porém, a população urbana, que apresentou aumento de 1,3 anos em 10 anos, deverá alcançar 11,6 anos se seguir no mesmo ritmo até 2024. Apenas os jovens que pertencem aos 25% mais ricos dos domicílios atingiram o patamar de 12 anos de estudos, em 2014. Já os jovens dos 25% mais pobres dos domicílios atingiram o patamar de 8,2 anos em 2014 e, caso apresentem o mesmo crescimento da década analisada, poderão atingir o índice de 11,4 anos (CALISTRE; VAZ, 2015), ou seja, não atingirão a meta estabelecida no PNE.

Considerando-se os anos de escolaridade dos estudantes, verifica-se que há grande relação entre a mobilidade sócio-ocupacional dos filhos em relações aos pais. Em 2014, 41 % dos filhos de pais que terminaram apenas o ensino fundamental, concluíram o ensino médio. Porém, dentre estes que concluíram o ensino médio, verificou-se que apenas 27% concluíram o ensino superior (IBGE, 2016).

O nível educacional é importante fator para o desenvolvimento de uma sociedade. Conforme verificado, o grau de instrução dos pais é um fator importante na formação educacional dos filhos. Destaca-se que o ensino a distância se apresenta como alternativa importante para o empreendedorismo e o desenvolvimento local em um país de grande extensão territorial, com ampla diversidade regional e carência de desenvolvimento, como o Brasil. Elevar o nível de escolarização da geração atual é medida fundamental para o desenvolvimento futuro do país.

Entre os anos de 2014 e 2015, o número total de empregos formais teve uma redução de 3,3%, concentrada nos segmentos menos qualificados e jovens, o que reforça a importância do ensino superior para o desenvolvimento da sociedade, sendo necessárias as transformações das políticas públicas que contribuam tanto para a expansão do acesso ao ensino superior, quanto ao acesso às tecnologias e as redes de informática (CAPELATO, 2016). O salto quali-quantitativo de acesso a estes recursos tecnológicos será medida importante para o EAD, e este é um caminho que poderá viabilizar os planos atuais para a educação superior no Brasil.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de planejamento nos processos de industrialização e de urbanização do Brasil levou a problemas de caráter social e econômico, dos quais destacam-se: a educação, a desigualdade, a exclusão, além da violência, do desemprego, da moradia e da saúde (MAURO et al., 2016). Estes problemas, que estão enraizados na sociedade brasileira desde o período da sua colonização, persistem e se agravam com os avanços da globalização. A ideologia da globalidade sem fronteiras, que ocorre por meio das redes de comunicação, apesar de produzir o efeito de homogeneização, também produz a exclusão social. Para superar este abismo, a utopia da educação, cria uma ação prática e reformista para se obter o saber como

fim individual e coletivo (AUGÉ, 2012).

A educação pode melhorar a qualidade de vida das populações locais ao potencializar atividades produtivas e o acesso aos mercados. Destaca-se a importância do EAD no Brasil, como alternativa para suprir a carência na formação no ensino superior para as regiões não atendidas pelas instituições de ensino presencial. O EAD apresenta-se como uma modalidade de ensino mais democrática que, ao adotar os recursos da tecnologia da informação e comunicação como meio para se obter conhecimentos, rompe com as barreiras do espaço e do tempo.

As projeções realizadas por estimativas em 2017 pela Educa Insights mostram um crescimento nos próximos quatro anos, até 2023, de que o EAD superará o ensino presencial com 51%, ou 9,2 milhões de estudantes (KOIKE, 2017). A acumulação de capital humano possibilita melhorias na produtividade do trabalho e aumenta os níveis de renda das pessoas. Assim, observa-se que o EAD contribui para a formação de capital humano e, ao aumentar a capacidade empreendedora dos estudantes, contribui para o desenvolvimento territorial (MAURO et. al. 2016). Numa sociedade justa todos os indivíduos devem ter as mesmas oportunidades na vida, independente da sua origem familiar. Essa opinião deve ser contextualizada, apesar de poder representar uma posição na mobilidade de educação e renda no Brasil. O aumento das desigualdades sociais no país é resultante da falta de investimentos em educação, com os resultados da mobilidade social, em 2015, mais tímidos do que o esperado. Este círculo vicioso deve ser progressivamente superado por políticas públicas que promovam a educação de forma contínua e permanente. Nesta tarefa o EAD pode desempenhar um papel destacado ao superar as barreiras temporais e espaciais que representam os maiores fatores de distinção social, econômica e territorial.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Para onde foi o futuro?** Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 20 dez. 2005. Seção 1, p. 1-4.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília/DF: Inep, 2015. 404 p.

_____. Resolução CNE/CES 1/2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de março de 2016, Seção 1, págs. 23-24.

CALIXTRE, André Organizador; VAZ, Fábio (org.). **PNAD 2014: breves análises**. IPEA, Brasília, 2015.

- CAPELATO, Rodrigo et. al. Mapa do ensino superior no Brasil 2016. **SEMESP**, São Paulo, 2016.
- CARDOSO, Rachel. A espera de mudanças. ed. 1999. **SEMESP**, São Paulo, 22 jun. 2015.
- IBGE. **PNAD 2014**: nível de escolarização dos pais influencia rendimento dos filhos. IBGE - Sala de imprensa, 16 nov. 2016.
- KOIKE, Beth. Número de alunos em cursos a distância representará 51% 9,2 milhões de matriculados. **Valor Econômico**, 2017.
- MAURO, Ricardo Arruda et al. **Educação a distância: contribuições da modalidade para o desenvolvimento territorial**. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância, 2016.
- MEC/INEP, Ministério da Educação e Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais – Deed, 2018.
- SQUAIELLA, Roberta; RIGHI, Roberto. Ensino superior a distância no Brasil – tecnologias para a construção e difusão do ensino. **Revista Universitás – Araçatuba**, v. 7, 2015a. p 30-47.
- SQUAIELLA, Roberta; RIGHI, Roberto. Development prospects for distance higher education in Brazil - new technologies for the construction and dissemination of education. **International Journal for Innovation Education and Research**. Vol. 3-3, 2015b. p 73-83.
- SQUAIELLA, Roberta; RIGHI, Roberto; MARCHELLI, Maria Victoria. A path to the democratization of access to higher and continued education: distance education in Brazil. **International Journal of Education and Research**, 2018, p.153-166.

SOBRE A ORGANIZADORA

MICHÉLLE BARRETO JUSTUS Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant’Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à Educação Superior 77, 78, 81

AEE 2, 8, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 93, 94, 95, 99, 100, 138

Artes 18, 28, 41, 54, 142, 143, 177

Aspectos legais 13

Ataxia Espinocerebelar 171, 173, 174, 178

Atendimento Educacional Especializado 2, 4, 5, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 70, 73, 93, 94, 99, 100, 120, 122, 136, 137, 138, 142

Atribuições 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 102

Autismo 12, 18, 28, 154, 155, 156, 158, 160, 161

C

Calorimetria 162, 163, 166, 169

Ciências 53, 66, 113, 126, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 171, 178, 187

Cultura Surda 54, 56, 57, 60, 61, 66, 168

Currículo 6, 8, 9, 16, 27, 34, 54, 71, 101, 111, 119, 120, 126, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 152

Curso 9, 14, 26, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 79, 89, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 149, 152, 154, 171, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187

D

Deficiência auditiva 146, 165, 179

Democratização 4, 15, 77, 78, 79, 81, 169

E

Educação Especial 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 66, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 93, 98, 99, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 152, 158

Ensino a Distância (EAD) 77

Escola 2, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 48, 51, 54, 60, 63, 65, 72, 74, 81, 90, 94, 95, 97, 98, 101, 104, 106, 109, 110, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 147, 153, 157, 159, 160, 162, 163, 171, 174, 175, 176, 177, 192, 193, 196

Estimulação Precoce 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11

F

Formação 7, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 46, 50, 54, 58, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 84, 86, 87, 92, 93, 94, 95, 97, 100, 102, 109, 110, 111, 115, 119, 128, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 147, 156, 157, 166, 169, 181, 182, 187, 189, 198

Formação docente 17, 25, 30, 38, 93, 100, 102, 137

I

Identidade 54, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 70, 73, 102, 103, 107, 110, 111, 112, 149, 152

Inclusão educacional 7, 25, 27, 38, 43

Inclusão escolar 10, 11, 12, 38, 89, 91, 97, 98, 99, 136, 137, 141, 147, 152, 174, 176, 177

Inclusão social 40, 69, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 131, 196

J

Jovens 2, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 69, 86, 102, 120, 126

L

Linux 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187

Literatura 43, 54, 59, 60, 61, 64, 66, 89, 91, 92, 93, 172

M

Múltiplas deficiências 89, 90, 95, 96, 97, 100

P

Plano Nacional de Educação (PNE) 1, 2, 3, 85, 137, 142

Políticas Públicas 2, 29, 37, 38, 40, 49, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 85, 86, 87, 94, 97, 108, 115, 120, 123, 127, 132, 133, 134, 136, 138, 141

Processo de Ensino-Aprendizagem 27, 29, 154, 156, 158, 160

Público-alvo da educação especial 25, 28, 33, 34, 36, 137

R

Racismo 101, 102, 103, 105, 108, 109, 110, 111, 112

Reflexões Sociais 67

S

Sistema Operacional 179, 181, 182, 185, 186

Sociedade capitalista 67, 68, 73, 75

Sujeito deficientes 67

Surdos 16, 54, 56, 57, 58, 60, 62, 65, 66, 70, 134, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 182, 186

T

Tecnologia 21, 22, 30, 41, 42, 43, 67, 71, 77, 78, 87, 93, 95, 96, 98, 100, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 165, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181

Tecnologia Assistiva 21, 22, 30, 95, 165, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-725-3



9 788572 477253